

Planalto não pretende vir a punir radicais

IVAN SÉRGIO SANTOS

Da Sucursal de Brasília

Embora tenha recebido com real desagrado algumas das críticas contidas na nota divulgada pelo MDB, o governo não cogita de outorgar um novo "pacote" de reformas jurídico-políticas ou reabrir o ciclo punitivo contra parlamentares da Oposição que considera radicais, por entender que a importância dos objetivos do diálogo transcende o choque causado pelo episódio.

Na expressão de um qualificado assessor presidencial: depois de exaustiva análise do documento distribuído pelo MDB, o partido "já lançou notas mais duras" e esta última, ainda que candente em alguns pontos, não deixa de fazer referência à "concordia", da mesma maneira que a resposta da Arena menciona "entendimento". Conforme assinalou, "ninguém esperava mesmo que a Oposição batesse palmas ou mandasse flores".

Quanto ao clima de apreensão vivido pelo Congresso depois da convenção da Oposição, em razão da forte reação das lideranças da Arena e do tático retraimento do articulador oficial do diálogo, senador Petrônio Portela, a fonte palaciana lembra, em primeiro lugar, a facilidade com que informações nem sempre verazes nascem, ganham corpo e circulam naquela Casa, para então salientar que a agremiação situacionista não tem feito mais do que responder às "injúrias" do adversário, na condição de partido que representa um governo atacado.

Assim, no que os mais pessimistas — ou alarmistas — agouraram o indicio de um novo endurecimento político a ótica oficial enxerga uma polêmica necessária e lícita, onde o papel da Arena é justamente o de repelir com energia as acusações formuladas pelo MDB. E tanto a nota-resposta do deputado Francelino Pereira como a atuação de seus líderes em plenário vêm satisfazendo ao governo, que "se manifestou integralmente através do partido", segundo declaração de seus mais autorizados integrantes.

Ao contrário do que alardeiam vozes precipitadas, o governo está firmemente decidido a obter, através desse novo capítulo da missão Portela, o consenso interpartidário para a realização de reformas que incorporem à Constituição mecanismos eficazes de defesa do Estado, em troca da extinção dos atos de exceção. E essas emendas, deseja ver aprovadas em conjunto pela Arena e pela ala que reputa não-radical da Oposição, o que, na sua compreensão, ampliará e alicercará o compromisso político em torno delas.

Nesse contexto, assessores próximos ao presidente não colocam a aprovação da tese da Constituinte pelo MDB como um obstáculo às negociações de Petrônio Portela — antes, a interpretam como uma manobra de fins exclusivamente eleitorais, "uma bandeira" que, caso haja condições, só poderá ser hasteada em 1979, quando tomará posse o novo Congresso. Argumentam que, em termos práticos, a decisão da Oposição equivale a uma hipotética condenação da proliferação de armas nucleares, "que o partido não tem força nem condições para fazer valer."

As mesmas fontes insistem no argumento de que "o Congresso que está aí é uma Assembleia Constituinte", admitindo que setores moderados da Oposição têm consciência disso, mas são obrigados a fazer concessões de ordem eleitoral para preservar sua ascendência no partido. Não deixam de reconhecer, também, que a decisão aprovada em convenção pelo MDB revela "o desejo de ter à mão papel e lápis" para emendar a Carta, acentuando que o apoio ao diálogo é o primeiro e fundamental passo no sentido de concretizar essa aspiração.

Ao argumento de que a convocação de uma Constituinte poderá perfeitamente acontecer, bastando para isso que o MDB vença as eleições parlamentares do próximo ano, essas fontes reagem taxativamente: isso seria simplesmente "inviável". De acordo com seu raciocínio, o Brasil, no estágio de desenvolvimento a que conseguiu chegar, não pode correr, de forma alguma, o risco de ter sua Carta Magna elaborada ao sabor de indetermináveis interesses e pressões, não só no campo político, mas sobretudo no econômico. A diversidade de tendências e opiniões entre os legisladores, segundo acreditam, retiraria ainda do trabalho a unidade de que necessita.

Por outro lado, embora sejam cada vez mais intensas as investidas contra o bipartidarismo, uma influente corrente dentro do Palácio do Planalto considera oportuna a manutenção do sistema, por acreditar que a escolha dos "candidatos certos" levará a Arena à vitória em 78, quando, conforme prevê, deverão se repetir os resultados verificados há três anos, com o partido fazendo maioria no Congresso Nacional.